



Espaço Cultural Tupinambá na Cidade de Olivença – BA

Carmina Mendes André ¹

Oswaldo Pinheiro ²

1. Carminda Mendes André é pesquisadora Sênior do PPGARTES do Instituto de Artes UNESP. Bacharel em Teatro pela Universidade de São Paulo (1989), Mestre em Filosofia pela Universidade de São Paulo (1997), Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (2007); Pós-Doutora pelo Departamento de História da Universidade Estadual de Campinas (2010). E com tantos diplomas, só carrega uma certeza: de que tudo muda o tempo todo. E com tanto diploma em diferentes áreas, ou identifica-se como uma mulher dispersiva, imediatista, ou como alguém que não acredita na especialização. As duas coisas; acredita nas especialidades, mas afirma que elas não são para si. Identifica-se como sendo do mundo, andarilha.

2. Oswaldo Pinheiro é ator, professor de teatro e arte, com Mestrado Profissional em Arte pelo IA-UNESP. Pós-graduado em Gestão Escolar e em Psicopedagogia, possui Licenciatura em Educação Artística – Artes Cênicas, pedagogia e formação técnica em teatro pela Fundação das Artes de São Caetano do Sul. Atua como professor do ensino fundamental na EMEF Profª Célia Regina Andery Braga. Tem ampla experiência em artes cênicas, com ênfase em Teatro. Foi artista orientador do Teatro Vocacional e atua como arte-educador nas Fábricas de Cultura de Cidade Tiradentes e Sapopemba. Integra a Cia. Estável de Teatro como ator e oficinairo.

Como ator, destaca-se em obras como Patética, A Exceção e a Regra, Homem Cavalo e Sociedade Anônima, O Auto do Circo, entre outros.

Figura 1 - Imagem cedida por Tayná Andrade Tupinambá





Figura 2 - Espaço Cultural Tupinambá – Olivença. Imagem cedida por Taynã Tupinambá

Autoria: a organização das entrevistas foi realizada pelos integrantes do Grupo de Pesquisa PERFORMATIVIDADES E PEDAGOGIAS – Cnpq liderado por Carminda Mendes André e Fernando Bueno Catelan que assinam o texto juntamente com a pesquisadora Karyne Dias Coutinho, o mestre Osvaldo Pinheiro, os Doutorandos Cida Almeida, Gustavo Henrique Lima Ferreira e Vilma Campos; a Mestranda Tatiana Aparecida Teodoro da Silva, a atriz Cris Camilo. Também fomos acompanhados(as) por Flávio Seixas, psicólogo, psicanalista, esquizoanalista, especialista em ciência política, consultor em trabalho com grupos e comunidades, pesquisador independente de culturas e saberes indígenas.

ENTREVISTA COM XAWÃ TUPINAMBÁ e TAYNÃ ANDRADE TUPINAMBÁ, A PRIMEIRA MULHER, NÃO ALDEADA, A SER RECONHECIDA PELO ESTADO BRASILEIRO A PERTENCER À NAÇÃO TUPINAMBÁ e MUDANÇA DE NOME, AGORA ORIGINÁRIO, NA CERTIDÃO DE NASCIMENTO

PARTE I

Em setembro de 2024, o grupo de pesquisa Performatividades e Pedagogias viajou para a cidade de Olivença, na Bahia, para participar da Marcha dos Tupinambá, e visitar duas aldeias sob a mediação do historiador indígena Professor Casé Angatu. Em março do mesmo ano, nosso grupo realizou uma oficina com o Prof. Casé sobre práticas decoloniais no Instituto de Artes da UNESP. O professor Casé Angatu já é referência e parceiro do grupo majoritariamente constituído por professores de artes e artistas educadores. Ao final das atividades em São Paulo, acordamos com o nosso parceiro que iríamos participar da Marcha dos Tupinambá e visitar algumas aldeias caso tivéssemos a autorização, o que nos foi concedido.

Nesta ocasião, conhecemos Taynã Andrade Tupinambá e Xawã Tupinambá, ao visitar o Espaço Cultural Tupinambá, realizado a céu aberto em Olivença.

Esta entrevista é fruto do encantamento e carinho que rapidamente cresceu em nós para com este casal, e sua inestimável atuação para a cultura deste território que foi batizado pelos colonizadores de brasileiro.

Quem é ela? Quem é ela? Sou aquela que foi apedrejada, que recebeu socos, chutes, pauladas, acusada de ser falsa índia, macumbeira de cocá, xingada de macaca, louca, velha, vagabunda, terrorista, a que levou tapa na cara, a que foi violentada, a que lixo sobre ela foi lançado, a que foi torturada, a que teve que enfrentar revólver, escopeta, faca, a que foi surtada, a que a um hospital psiquiátrico foi jogada, aquela que tentou suicidar-se. Por que será? Por que será? (trecho da entrevista realizada com Taynã Andrade Tupinambá)

Taynã onde você nasceu?

Eu nasci na cidade atualmente chamada de Nazaré das Farinhas. Tem um mapa do século XVI onde consta o rio Jaguaripe. Eu nasci literalmente nesse rio, no rio Jaguaripe, rio das onças. Sou parda; porque sou parente da onça parda.

Como você se define?

Quem é ela? Quem é essa tal de Taynã Andrade Tupinambá?

A peleja da academia com a sabença³ popular! Mestre da cultura popular. Ativista. Deseducadora. Atriz, diretora, artesã e produtora cultural.

Através do espaço cultural Tupinambá, mantenho viva a história de luta, afirmação e contribuição dos povos originários na cultura brasileira. Tenho uma longa experiência em direção teatral, produção cultural e educadora popular. Atuei nos projetos Chapéu de Palha, Viver com Arte, População Cultural, entre outros, da Fundação Cultural do Estado da Bahia, na função de coordenadora de música, dança, teatro, deseducadora e produtora cultural.

Como atriz no grupo de teatro de rua Gueto Poético, Cia de Danças e Folguedos Sui Ribeiro e núcleo de atores do teatro Castro Alves, entre outros. Fui diretora de teatro do Grupo de teatro popular Filhos da Rua.

Em 2011, a convite da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, dirigi espetáculos que reuniram no elenco artistas de sete grupos de teatro de rua e parentes da etnia pataxó. Fui diretora da Federação Baiana de Teatro Amador, FBTA, dirigente do Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculo do Estado da Bahia, SATED, co-fundadora e membro do Movimento de Teatro de Rua da Bahia, e também sou fundadora da Rede Nacional de Teatro de Rua.

Participei dos I e II Festival Internacional de Música e Espetáculo de Rua da Bahia do Aeroclube Plaza Show (2002-2003).

3. Sabedoria, expressão criada pelo pai de Taynã.

Tenho sido ativista incansável na criação de políticas públicas para o reconhecimento cultural e identitário dos Povos Originários e, enquanto morei em Salvador, participei de todos os movimentos reivindicatórios às políticas públicas para o Teatro de Rua e Culturas Populares nas esferas municipal, estadual e federal.

Que, enfim, reflitam com o coração aberto todas essas inquietações, dores e amores. Dessa mulher originária, sofrida, ferida, analfabeta, que não tem nem sequer o segundo grau completo. Quem é ela? Quem é ela? Ela é a cuidadora do espaço cultural Tupinambá, também conhecido, batizado por um certo secretário de cultura, como Faixa de Gaza.

Quais relações se estabelecem entre a cultura originária e o teatro?

Antes de surgirem as escolas, os lugares dos rituais são os melhores espaços das trocas do saber. Dançando se sabe e cantando se ensinam o saber e o poder das histórias na construção de nossas memórias ancestrais. Mais do que isso, representam a ponte que vem do passado e nos leva rumo à construção do futuro.

Os cantos e as danças do povo Tupinambá e as demais etnias originárias são frutos de conhecimento milenar que foram absorvidos no processo de catequização, e se constituem como um dos principais fundamentos das manifestações brasileiras, em especial nordestina. Como o Reisado, o Auto de Natal, o Repente, o Côco, o Pífano, as Zabumbas, as cantigas, a ciranda, a capoeira, o bumba-meu-boi, e tantas outras manifestações que se originaram e alimentam o teatro de rua brasileiro.

Portanto, o trabalho com o teatro de rua me possibilitou o reconhecimento e identificação das matrizes das culturas originárias presentes na cultura popular, gerando assim o fortalecimento da própria identidade étnica do que pratico.

Consideramos, por isso mesmo, que o teatro de rua tem muito a contribuir no processo pedagógico para a compreensão do universo cultural e simbólico dos povos originários, tanto

no presente quanto no passado. Assim como esta linguagem tem o papel significativo para a afirmação identitária, é também no teatro que se afirma a ancestralidade, os saberes dos antepassados. Esta linguagem está para além da encenação.

A valorização da cultura étnica é uma demanda apresentada por muitas comunidades originárias, devido ao enfraquecimento dos laços de identidade marcado por um longo processo de colonização cotidiana em nossos territórios, e ganha nova configuração no atual momento vivido por nossas comunidades, o qual diz respeito, fundamentalmente, à conduta dos mais jovens. Esse processo se observa em diversas outras comunidades, em decorrência, ao mesmo tempo, da morte dos mais velhos, conhecedores dos saberes e fazeres, ou seja, os verdadeiros mestres.

As complexidades trazidas pela sociedade global que, por vezes, instauram novas demandas nessas comunidades, principalmente entre os jovens, geram a quebra dos laços de transmissão de conhecimento, dificultando que novos mestres sejam formados.

Vale ressaltar que a arte é também elemento constituinte da cultura originária, está na base de nossa identidade cultural. Por isso mesmo, é urgente e necessário deseducar para se conhecer o outro, compreender, assimilar e, principalmente, respeitar quem vem lutando há muitos anos, desconstruindo e reconstruindo cotidianamente nossas memórias esquecidas.

Uma relação entre teatro e a cultura dos povos originários pode ser expressa a partir dos escambos de conhecimentos, através de práticas milenares e ancestrais, proporcionados pela longa experiência vivida e revivida através do teatro. Sim, enfrentamos preconceitos e discriminações, eu, por ser uma mulher tupinambá, urbana, portadora de uma linguagem teatral, que expressa seu pensamento, modo de vida, sua identidade para quem quiser e para quem não quiser conhecer. Modos estes que refletem uma realidade que muitos não têm coragem de enfrentar, como, por exemplo, a hipocrisia das narrativas da igualdade, das reparações e das afirmações identitárias.

Como nasceu o Espaço Cultural Tupinambá? E foi sempre em Olivença?

Ele é fruto do grupo de teatro popular Filhos da Rua, cujo espaço teve como nascedouro duas celas ocupadas, celas que estiveram a serviço da ditadura, localizada embaixo do Conselho Estadual de Cultura, anexo do Palácio da Aclamação, Passeio Público, Salvador, Bahia.

Já com muitos trabalhos realizados, fomos atacados violentamente em nossa trajetória de afirmação e visibilidade das causas e direitos dos indivíduos e povos originários nas cidades. E, principalmente, por afirmar cotidianamente que Salvador foi, é e sempre será território Tupinambá.

Passeio Público, presente! Espaço Cultural Tupinambá, presente! Grupo de teatro popular Filhos da Rua, presente!

(Tayná canta emocionada ao relembrar o passado)

*Ôô Abre alas que eu quero passar
Sou popular, não posso negar
Nosso teatro é quem vai falar
Abre alas que eu quero passar
Abre alas que eu quero passar
Sou Tupinambá, não posso negar
Nosso teatro é quem vai falar*

*Meu povo, eu sou da rua, vou fazer teatro
agora
Quer ir mais eu? Vamos!
Quer ir mais eu? Bora!
Quer ir mais eu? Vamos! Quer ir mais eu?
Bora!*

Em nome de todos que passaram e todos que deixaram seus nomes ou de seus personagens na história do teatro, aqui se ressignifica esse espaço. Nomes ancestrais, reais ou artísticos, poéticos ou não, converteram sua energia viva, a arte, ao longo do tempo, para que hoje, sem medo, pisemos e reafirmemos esse chão; aqui, em torno da igreja Nossa Senhora da Escada, Olivença, Ilhéus, Bahia, Espaço Cultural Tupinambá vive e revive ainda que estejamos aqui como refugiados. Certos de que o universo ancestral, teatral, conspira a nosso favor.

Fale um pouco do teatro que você pratica.

(nossa entrevistada, de forma teatral, nos recita este texto, provavelmente algum fragmento de peça encenada por ela, e que nos lembrou nosso querido Zé Celso)

*Os ancestrais vibram, sofrem e se alegram
com esse momento. No Poransi, Toré, Aue,
Praiá, no Boibombá, somos teatro!
Na Ciranda, Capoeira, Samba, Coco, Carimbó,
Xaxado , somos teatros! Pelo perigo que
corremos, somos teatro!
Pelo abrigo do novo e do antigo, somos
teatro!
Somos chiques, gentinhas, louca de profissão,
onde nasce, morre, renasce e sonha o
excluído, o fodido, o desigual! Somos
mocinhos bandidos, somos sentidos, não
vistos, mas somos sempre. Não somos
atores, somos atuadores, ativistas, brincantes,
delirantes! Só é ator aquele que traz no
peito o cheiro e a cor de sua terra, a marca
de sangue de seus mortos e a certeza de
luta dos seus vivos!*

*O teatro livre de rua, escamba sem utopia,
participa, atiga, abriga, alivia, ama, bebemos
na taça dos farsantes!*

*Todos os dias, o povo da rua nos ensina;
despudorada, nua, a rua foi o firmamento e
sempre será, da arte, viva, livre! Vivo o teatro
livre de rua! A rua é nossa aldeia! Vivo a taba
dos Tupinambá.*

Fale um pouco mais sobre suas críticas à universidade.

De quando eu faço as críticas às instituições, especialmente à academia, o que eu estou chamando a atenção, eu cheguei a falar também com você e como eu falo com todos que chegam até nós. Por que o distanciamento? Por que não estarmos juntos? Porque quando eu olho para uma trajetória de política pública era exatamente disso que a gente estava falando, né? Do que a gente buscou e busca o tempo inteiro.

A gente tem que estar juntos, sim, com as universidades, cada qual no seu quadrado, mas a gente pode caminhar juntos nesse processo e sair desse lugar de ser apenas objeto de pesquisa. É diferente, como naquela pequena célula que eu fiz aqui com vocês, é desse lugar que eu estou dizendo. Você pega lá o livro, como é que você traduz aquelas palavras? Você pega lá uma apostila que o professor fala.

Como é que você coloca isso na prática? Só o fazedor aqui sabe como colocar isso na prática. Então, eu tenho minha maneira de falar, de reescrever, de escrever, vocês têm a de vocês. Desde quando respeite e consiga com a linguagem de vocês transmitir para os de vocês, porque na minha linguagem eu acredito que estou transmitindo para todo lugar onde estou e respeito o lugar de cada um, desde quando respeite o meu.

Como você avalia o reconhecimento da cidadania para os povos indígenas no Brasil?

Tem uma questão fundamental no contexto de tudo que eu digo, que escrevo, que eu pratico e está aqui explícito, exposto o tempo inteiro no Espaço Cultural Tupinambá, em relação à contradição da democracia, das políticas públicas, das nossas conquistas de direitos da Constituição Cidadã, especialmente da Declaração Universal do Direito dos Povos Originários, escrito na lei com o nome indígena, mas são conquistas como a OIT. Então, quero pegar a Constituição e a Declaração Universal dos Nossos Direitos.

Então, como é que isso se dá na prática? Quando eu ouço a palavra do preconceito institucionalizado ou as narrativas, isso dói profundamente em mim, de viver essa negação desse direito que eu sei que foram conquistas e custaram vidas, e ainda custam muitas vidas. Então, qualquer um de nós, que por algum motivo quiser participar de uma cota nas universidades ou outro tipo de cota que abre uma brecha para a participação dos povos originários, como é que se dá isso na prática? Na prática se dá: traga assinatura de três, quatro, cinco caciques, liderança que ateste que você é indígena e que você mora na aldeia. Onde é que está escrito isso na Constituição? Onde é que está escrito isso nas Declarações? Isso era na ditadura. Isso era prática da ditadura. Isso era prática da tutela. Então, a partir de 88, a maior conquista, a única conquista verdadeiramente nossa, que é apenas uma página na Constituição, é exatamente o reconhecimento, óbvio, do nosso direito individual e o reconhecimento que somos cidadãos iguais a todos os demais povos e indivíduos.

Mas, na prática, isso é de uma violência! A gente chega em qualquer órgão público, até em um assistente social, nos espaços de promoção de cidadania, é atestado a assinatura do cacique para você ter até um atendimento. Você tem que morar na aldeia.

E só mais um exemplo, que para mim é importante, que foi a luta durante 10 anos, 10 anos, para fazer valer o meu direito de ser uma Tupinambá; de reconhecer que faço parte de uma nação

e que não existe uma única nação chamada Brasil. Trata-se do reconhecimento, na minha certidão de nascimento, de que eu sou uma Tupinambá. Custou-me 10 anos. O meu companheiro, por ser da aldeia, foi fácil, foi rapidinho. Já eu, tive que entrar duas vezes com dois processos, porque eu nunca fiz discurso de aldeia, não me declarei como aldeada. Então tive que provar que sou indígena, porque quando você passa por juiz, você tem que provar que eu nasci no território Tupinambá, que faz parte da Bahia de Todos os Santos, território dos Tupinambá, onde exatamente nas capitanias hereditárias começava Ilhéus, da Ilha de Itaparica até Prado.

Isso tudo foi uma capitania do Jorge lá de não sei das quantas. E eu, que sou filha da terra, tive que provar tudo isso. Então, mais uma vez, como é que se dá essa contradição das nossas efetivações, da legalidade, que são negadas?

Da mesma forma que hoje tem o direito, uma conquista do movimento LGBTQIA+, eu não sei se tem mais outras siglas, não sei, mas até onde eu tenho conhecimento é essa sigla. Então, vocês botem aí a sigla atual. Uma conquista de ter o direito ao nome social, de ter o direito ao nome que eles quiserem. Isso é uma conquista. Nós também temos a garantia desse direito. Pra isso ser efetivado, e para que as pessoas não precisem passar por todo esse processo dolorido, só precisamos de uma coisa: de um deputado ou uma deputada que faça a mesma lei semelhante ao nome social em relação ao nosso direito ao nome étnico, para que nosso povo não precise passar por juiz, que vá direto pro cartório e atualize seu nome e a sua questão identitária. Simples assim.

A luta tem que ser dessa maneira. Então, isso é fundamental que seja dito para as pessoas, é a negação da nossa cidadania que nos coloca o tempo inteiro como "índio"; e como "índio" você tem que estar em tal lugar e não em outro, você só pode exercer tais funções e não as que você deseja.

É proibido ser originário. Essa é a grande realidade. Então, quando eu faço essas provocações às instituições, aos formadores de opinião, eu não sei nem mais qual é o nome que se dá hoje para esse tipo de atuação, é nesse sentido.

O que eu digo sempre, repito sempre, o que eu estou questionando e cobrando é que nos inclua. Nos inclua. É só isso. Nos inclua. Então, é fundamental chamar atenção também para uma questão que para mim é fundamental, que a maioria da sociedade brasileira desconhece, e os que conhecem fazem questão de esconder. Por exemplo, existe o Estatuto da Igualdade Racial, ok, é deles lá, o Estatuto da Igualdade Racial. Mas a sociedade já se atentou que se essas coisas acontecem ainda conosco, que ainda exigem que alguém dê um aval para dizer se somos ou não somos originários? Isso mostra que o que está sendo praticado ainda, o que norteia a eles para essas práticas criminosas, é a utilização do Estatuto de 73. Estatuto do ano de 73, de plena ditadura, da época da tutela! É esse estatuto que é utilizado até hoje para a negação dos nossos direitos.

Aí a pergunta que a analfabeta faz, então: para que mesmo veio a Constituição Cidadã? Para que mesmo a democracia, se tem o Estatuto da Igualdade Racial e nós, enquanto povos originários, a nossa vida é toda norteadada por um Estatuto que a Constituição Cidadã acabou, acabou com esse tipo de relação a nós, povos originários. Então, eu não sei realmente se vocês vão poder dizer essas coisas. O que é dito aqui, vivenciado aqui, no Espaço Cultural Tupinambá.

Não só será dito como publicado, o que você nos diz é fundamental para que todo o povo das universidades e fora dela saibam.

Eu estou aqui exatamente nessa conexão com os meus encantados, que eu peço que me guiem, que me orientem o tempo inteiro e que abram corações, que abram mentes, para que essas vozes ancestrais possam ser ouvidas. Porque é desse lugar, desses questionamentos, quando eu faço críticas a muitos parentes, que têm esses espaços para que essas informações cheguem. Lembrando que do Yapoc ao Chuí, somos, eu e meu companheiro, o primeiro caso individual do reconhecimento étnico.

Será que essas pessoas [que estão na gestão federal] não conseguem perceber a violência de sermos tratadas ainda como na época dos ditadores? Então, por essas e outras questões que a pessoa aqui que vos fala é chamada de terrorista. Isso é terrorismo para eles: lutar por direitos humanos.

Eu não estou falando da posse, eu não estou falando da propriedade, eu estou falando de um território de pertencimento e de direito. Um país que arrota a democracia, um Estado Democrático e de Direito. Aí eu pergunto, para quem? Para quem, como eu botei ali no banner? Para quem mesmo? Para quem? Todos nós quem? Todos nós quem? Então, são provocações cotidianas.

Lembrando que só existem dois casos em relação ao reconhecimento étnico no documento e em Manaus, que foram dois casos coletivos; individual, em todo o território nacional, somos os primeiros. Até o momento. Então, por que a importância de dizer tudo isso? Eu sei de muitas pessoas que estão aí, nesse exato momento, em busca de seu direito, de se afirmar como um povo originário, de pertencimento a uma nação étnica deste território e que não estão conseguindo.

Fala-se na lei. Mas quando se trata da gente, cadê a lei? E lembrando que no Congresso Nacional, há muitos anos corre lá a atualização do Estatuto dos Povos Originários. Passam mais de 20 anos, já está chegando a quase 30 anos, e não sai da gaveta. Ainda que esse Estatuto, que está engavetado, já precise ser atualizado.

Então, assim como vocês já sinalizaram essa questão com o povo de Gaza, não foi por acaso, e não é por acaso que eles batizaram o Espaço Cultural Tupinambá de Faixa de Gaza, de nos chamar, especialmente a mim, de terrorista. Porque eu entendo perfeitamente, com toda a profundidade do meu ser, exatamente, que me irmano com aquelas pessoas, do que eles estão passando, do que eles estão vivenciando. Toda questão é territorial.

Toda questão ali é étnica. Então, eu me irmano com os meus irmãos chamados também de terroristas.

E em relação a esse questionamento que eu falo da lei, e a maneira como são tratados de ter que provar, de ter que ter assinatura de alguém, o nome disso chama-se *injúria racial*. Mas nas narrativas feitas em relação a esse crime, que é de injúria racial, não nos contempla, não nos inclui. São muitas coisas importantes de serem ditas e, ao mesmo tempo, de serem conscientizadas.

Infelizmente é difícil, muito difícil, muito difícil mesmo, enfrentar toda essa realidade. Mas só o fato de vocês estarem me escutando, só o fato de vocês estarem interessados, eu já vejo aí uma luzinha, bem, já está ficando mais fortinha, aí o Auê, os encantados do bem que continuem nos protegendo, nos abençoando e nos guiando sempre, sempre, sempre pelo caminho reto, correto e da verdade, sempre.

E o absurdo do absurdo de tudo isso é o marco temporal, o marco temporal, diante de todas essas leis, de todas essas conquistas de direito. Como o país se ousa a discutir o marco, botar na pauta o marco temporal, e a sociedade brasileira, beleza, o problema lá é deles, o problema lá é deles, né. Enfim, enfim, enfim, eu vou parar por aqui, porque eu digo, quando puxa assim um fiozinho do novelo, haja, haja, haja coisas pra lembrar; eu vou dar uma pausa aqui, porque eu também já sei que é muita coisa aí pra vocês, mas enfim, enfim, enfim, deem uma lida nos banners, muito do que eu tô dizendo aqui já tá aí, tudo escrito; enfim, mas outras coisas eu tenho o tempo inteiro, o tempo inteiro, tendo que explicar, mesmo que seja dentro de um contexto como estamos, né, conversando aqui, mas mexe, mexe muito comigo, muito, muito mesmo.

Pode nos contar algum episódio de preconceito sofrido por você no dia a dia devido ao fenótipo?

Aconteceu quando eu estava no ônibus de Olivença, chegando no centro da cidade; no meu ponto de descer, para fazer as coisas que eu tinha que fazer e ir na rua, uma criança rindo, olhando para mim com admiração, toda contente, alegre. Aí a mãe fez um comentário: olha, ela está assim porque ela

nunca tinha visto um índio, é a primeira vez que ela vê um índio.

Aí eu falei: a senhora está enganada, observe como este ônibus está cheio de indivíduos dos povos originários. Inclusive, está vendo essa senhora que está sentada ao seu lado? Ela é uma tupinambá tanto quanto eu. Moramos no mesmo lugar, lá em Olivença, uma parente.

Só que a pessoa que estava sentada ao lado dela, a parente que estava sentada ao lado dela, era totalmente nos fenótipos negróide.

Com a pele bem escura, cabelo crespo, não estava usando cocar, não estava usando elemento nenhum que pudesse, dentro do fenótipo, do estereótipo, identificar como tal. Mas é uma Tupinambá. Então, quando a gente insiste em buscar nossa identidade, e a gente tem apontado caminhos para mostrar que nós existimos, que nós estamos em todos os lugares, é a importância de usar o cocar, para que as pessoas possam nos reconhecer.

Não precisamos para nós mesmos, mas para uma afirmação identitária, para mostrar a nossa existência, é fundamental o uso do cocar. E isso, infelizmente, muitos parentes têm trabalhado para dificultar essa conscientização. Então, todo o meu trabalho, em função das customizações dos artesanatos, de trazer, não como uma forma para o consumo do capitalismo, mas de afirmação mesmo identitária.

O consumo seria uma consequência de um outro processo que eu também discuto muito. Quando muitos vêm nos buscar, nos procurar, porque querem comprar os nossos adereços, eu digo: se perguntem quando vocês chegarem em determinados lugares que tiveram ofertas de muitos cocares, de muitos brincos, com penas de araras, de papagaio, dê uma olhada como é que está o meio ambiente nesses espaços, se comportam tantas penas para estar se trabalhando tanto. Então, começa-se a se questionar de onde eu venho, como tudo isso é processado, qual o caminho para chegar até essa produção, sempre, sempre de um lugar de uma forma bem

crítica, porque a nossa luta é, primeiro, fazer esse grande trabalho de conscientização do nosso próprio povo, para, a partir daí, buscar com as nossas práticas, como fazemos eu e meu companheiro Xawã.

Está se tornando cada vez mais comum que, também, a nossa população nativa esteja sendo empurrada para pessoas em situação de rua. Muitos, como eu fiz o levantamento em Salvador, também faço aqui. Mas é importante ressaltar também a questão da violência do fenótipo. É no nosso dia a dia que a gente mostra quem somos e por que estamos aqui neste planeta, cada um do seu lugar. Mas é nisso que eu acredito.

ENTREVISTA - PARTE 2

Como surge o Espaço Cultural Tupinambá?

Em Olivença, o Espaço Cultural Tupinambá não surge, ele ressurgiu após todas as violências e violações sofridas em Salvador; chego aqui com a minha saúde mental muito abalada, diante de todos os sofrimentos e perseguições.

Após ter passado por um hospital psiquiátrico, sem laudo de psicólogo ou de psiquiatra que atestasse a minha insanidade mental, portanto, eu estava com a saúde mental muito abalada. Principalmente pelo fato de que eu não vim para Olivença de livre e espontânea vontade, foi por conta de todas essas consequências. E o que mais me abalava era o fato da destruição dos banners, das informações. Porque eu mantinha contato com algumas pessoas em Salvador e sempre procurava, buscava, que eles me informassem como estava a situação do passeio público do Espaço Cultural Tupinambá. E uma das primeiras informações que chegaram é que eles tinham retirado os banners das leis, especialmente os que diziam sobre os nossos direitos. Ficava em pé como um livro com as páginas abertas. Foi a primeira coisa que eles destruíram lá.

E aí eu ficava em uma angústia muito grande, porque eu sabia e sei, tenho plena consciência da importância dessas

informações. E pedi aos encantados do bem que me guiassem, que me dessem força e que eu iria reconstruir cada banner que foi destruído. Então, entrei em uma busca, percorrendo instituições, pedindo ajuda para que pudesse em Salvador trazer o nosso acervo.

Aí eu recorri à Secretaria de Cultura, à FUNAI, a várias instituições, aos parentes, a caciques, a lideranças, e sempre com uma negativa. E aí a minha primeira intenção era colocar tudo isso na praça, aqui em frente à igreja. Não tive apoio, mesmo sem saber como trazer esse material, mas eu já estava no planejamento de reconstruir aqui em algum lugar de visibilidade.

Pedi aos parentes para que pudessem fazer uma grande maloca na entrada ali da Aldeia Igalha (Aldeia urbana). Mais uma vez, uma negativa. E aí, nesse processo todo de busca, de Secretaria de Cultura, de FUNAI, etc., eu estava nesse processo todo, muito difícil, muito dolorido.

Meu companheiro e minha sogra foram pessoas fundamentais nesse processo de me dar força, porque eu cheguei aqui muito abalada, eu pesava menos de 40 quilos, eu vestia roupa de criança, enfim. E nesse processo todo, meu companheiro e minha sogra sempre me orientavam para ir procurar o CRAS, ir lá no CRAS, lá tem uma psicóloga. E eu sempre me recusava pelos traumas de psicólogo que eu tinha encontrado pela minha frente lá em Salvador. Como nada acontece por acaso. Um dia houve uma reunião para se falar sobre o que é que a gente queria para Olivença, de melhor para Olivença, e eu fui nessa reunião. É nessa reunião que eu conheci pessoalmente a coordenadora do CRAS, Isabel Cristina, que eu chamo carinhosamente de Tina, e que é meu anjo da guarda.

Ali mudou tudo o que eu precisava ouvir, ser ouvida, ser escutada e ser acolhida. Ela compreendeu o que era fundamental para mim e me ajudou através de documentação, encaminhamentos para que fosse possível eu trazer esse material, mesmo que eu não tenha conseguido dessa forma. Mas enfim, um pouco mais à frente aconteceu.

Nesse processo todo do CRAS, foram fundamentais os encaminhamentos para a documentação no sentido do

reconhecimento dos nossos nomes étnicos. Então, tudo isso me fortaleceu com esse acolhimento do CRAS, que me encaminhou até a defensoria pública. A partir daí, isso só foi me fortalecendo, falei da minha angústia, da minha necessidade, que eu precisava dar continuidade ao meu trabalho de teatro. E o CRAS acolheu esse meu pedido. E daí comecei todo um processo, junto também com o apoio do administrador Cacau Maciel, aqui de Olivença, a revitalizar o Centro Cultural.

Mesmo que ainda não fosse em nenhum lugar de visibilidade, mas tinha uma outra questão lá para mim que foi e continua sendo muito importante, que era a aproximação de estar literalmente no mato, no meio da natureza, porque é um espaço muito lindo, ainda tem um pouco da nossa Mata Atlântica. E aí me lembrava muito o passeio público, de estar ali em uma área urbana, mas cercada de árvores, com os sons dos pássaros, os macaquinhos, que são as coisas mais lindas.

Então, mesmo que o espaço seja totalmente inadequado, mas eu disse, vou começar por aí. E começamos a oficina, logo em seguida houve muitas inscrições, mas houve todo um processo de esvaziamento, lembrando que esse espaço cultural fica coladinho com a Aldeia Igalha, da qual não tivemos apoio nenhum nesse sentido.

E nesse processo todo, faço uma exposição, fazendo uma chamativa da importância do que poderíamos estar construindo juntos. E nesse processo todo, houve uma ida até Salvador, no acampamento Terra Livre. Aproveitei esse acampamento para trazer algum material que era possível, mas um pouquinho atrás, foi muito difícil ter notícia do que tinha acontecido com o nosso acervo, que estava dentro da cela. Simplesmente sumiu, ninguém dizia onde estava, todo mundo dizia que não sabia. Mas se estava tudo fechado? Como é que eles não sabiam o que tinha acontecido?

Aí eu fui orientando aqui um amigo para pressionar o IPAC, a Secretaria de Cultura, enfim, pra conseguir saber onde estava. O material foi retirado sem a nossa autorização, sem a nossa presença e foi colocado em um galpão, no subsolo lá do Palácio da Aclamação.

Quando teve essa história do acampamento Terra Livre, eu aproveitei para trazer no ônibus, em um bagageiro. Tinha pouco espaço, porque quando a gente vai para esse acampamento, leva colchões, etc. Mas foi o espaço que deu para trazer. Tivemos o apoio também da Secretaria de Educação, da Pasta da Educação Indígena. Uma amiga chamada Larissa, que trabalhava, não sei se ainda trabalha nessa área, foi fundamental nesse apoio, de conseguir transporte, tudo com muita dificuldade, para a gente ir até o passeio público e trazer lá para o centro administrativo, onde estávamos no acampamento Terra Livre. Mas enfim, o que deu para trazer, trouxe. Eu não tinha nem onde colocar, mas eu trouxe. Acabou ficando aqui na casa da minha sogra, na época a gente morava aqui embaixo, na casa de minha sogra.

E o que fazer em uma casa pequena, com tanta gente, caixas e mais caixas de livros ... Primeira coisa que eu trouxe foram os livros. Onde colocar? Depois foi colocado na casa, em um quarto de minha cunhada.

Mas também era um espaço inadequado, insalubre para os livros estarem naquele lugar. Então, tive que ir lá para o Centro Cultural. Aí as oficinas são retalhadas, começam poucas pessoas que vão frequentar as oficinas, começa toda uma estratégia para que as pessoas não permaneçam na oficina. Nosso material começa a ser roubado e a desaparecer, ou seja, os figurinos que eu consegui trazer, os livros, muitas coisas foram roubadas lá no Centro Cultural, cujo lugar estava abandonado. Então, chamamos a comunidade para um mutirão e foi feito por duas pessoas, no caso, eu e meu companheiro Xawã.

Depois de todo o processo da limpeza, com o apoio do material do CRAS, todas as coisas que faltavam, saímos pedindo a muitas pessoas, pois não tinha nem porta, vaso sanitário, ou seja, a gente fez o melhor que pôde para dar continuidade ao trabalho. Aí, começamos com uma série de exposições, que eu já tinha feito uma na praça, aqui, em frente à igreja, mostrando nosso acervo.

Depois, fizemos mais outras exposições lá no Centro Cultural e uma delas serviu, inclusive, para a defesa da tese de mestrado de um parente aqui, Icatu, na área de educação. Foi todo o nosso material que serviu de ferramenta para a defesa do mestrado, mas no dia a dia, também não contamos com apoio nenhum desse parente.

Enfim, então, é um resumo. Mas sempre buscando esse lugar de visibilidade.

Depois de tantos desafios, quais outras dificuldades começaram a aparecer?

Diante de todas essas dificuldades no Centro Cultural, começou a aparecer evento, toda semana as pessoas praticamente inventavam alguma coisa para fazer lá.

E eu, na luta paralela, para que se fizesse uma maloca, porque a geografia do lugar não permite fazer sequer um círculo, fazer sequer uma roda. Eu digo, essa arquitetura aqui é totalmente equivocada, eu preciso de uma maloca aqui.

Quando comecei nesse processo da maloca e também a identificação das árvores em torno do Centro Cultural, consegui através do CRAS uma parceria com a CEPLAC, do qual vieram os técnicos, já que só a nossa oralidade não basta, para que pudessem identificar as árvores. Lá tinha umas placas, para que as pessoas pudessem compreender a importância dessas árvores da nossa Mata Atlântica. E também um processo de revitalização e limpeza das nascentes.

Mas eu precisava, para a construção da maloca, saber qual a medida exata, a área de Mata Atlântica que abrange todo esse Centro Cultural. E apareceu um projeto de outras pessoas que queriam construir uma creche, resultado: nada aconteceu e as placas de identificação dessas árvores foram colocadas. Depois apareceu um projeto para revitalizar aquela área toda, tudo para não nos dar o direito a estar naquele lugar.

Resumo, olhando para trás, vejo que a gente deixou um legado, a gente deixou as árvores catalogadas, com as placas, mas não conseguimos dar continuidade por conta de todas

as violações que começaram a surgir, semelhantes às que aconteciam em Salvador.

Como conseguiu instalar o Centro Cultural Tupinambá ao lado da igreja matriz em Olivença?

Aí vim mais uma vez para a praça, expus, joguei muita coisa lá na praça, digo, eu não tenho onde colocar, não tenho onde colocar, porque lá no Centro Cultural estava sendo roubado todo o nosso material.

Mais uma vez, diante dessas dificuldades todas, eu nunca sentei para planejar, fazer outro projeto, eu vou fazer isso, vou fazer aquilo, de uma demanda, e sempre se conectando com os meus encantados que me mostrassem um caminho que é fundamental pra eu reconstruir. Porque eu falava muito aqui em Olivença do que tinha acontecido em Salvador, muitas pessoas conheciam, outras não conheciam e precisavam conhecer sobre o que eu estava falando e da importância de tudo isso, até pela vida dos nossos parentes, sobre as dificuldades, as dores sofridas pelos nossos parentes em função de serem tratados como se não tivéssemos direito, como se não fôssemos cidadãos.

Eu sei do papel fundamental do Espaço Cultural Tupinambá e para mim era questão de viver mesmo, ou fazia isso ou não queria viver. Eu tinha isso muito claro, como tenho até hoje muito claro, cada um tem a sua história no mundo, essa é a minha, eu tenho plena consciência disso, eu estou aqui para servir aos meus encantados, aos meus ancestrais do bem, eu peço todos os dias a eles, estou aqui, faça de mim instrumento, estou aqui para servir aos encantados do bem, eu quero justiça, nós só queremos justiça, só isso.

E como aconteceu a ocupação do espaço ao lado da igreja?

Enfim, e aí nesse processo todo, em um desses momentos, muito próximo aqui da minha casa, e também com consciência de que ambiente é esse, de que geografia é essa, que espaço

é esse, um belo dia me dá um estalo. Em torno da igreja era um lixão, qualquer morador aqui de Olivença sabe disso, ali era um lixão, de pneus, cama, sofá, lixo caseiro, o mato que crescia até as alturas, o muro todo sujo, era um mau cheiro insuportável, a igreja idem, sem pintura, aquele aspecto feio, de sujeira, de abandono, e aquilo me incomodava por ser um espaço de memória. Eu sempre contava a história: olha, você fala de aldeamento, aqui é onde começa todo o processo de aldeamento, através dos jesuítas, a construção da igreja, o trabalho escravo do nosso povo originário, e sempre as memórias, a luta de Marcelino⁴, houve batalhas aqui, em frente a essa igreja.

Um belo dia, eu nem pensei, surgiu algo, é aqui que eu vou fazer o Espaço Cultural Tupinambá, mas não pensei dessa forma, eu simplesmente levantei, e comecei a retirar os lixos. E aí comecei a chamar as pessoas, "vamos fazer um mutirão, vamos fazer um mutirão"! Falei com o padre, falei com o pessoal da igreja, falei que aqui tem um grupo chamado futuro de Olivença!

Revitalizamos aquele espaço, porque eu tenho uma necessidade de botar a mão na terra, e aí, de onde ninguém acreditava que era possível, mais uma vez, como fiz no passeio público, o lugar onde havia lixo e abandono, recolhi as nossas dores, as nossas memórias esquecidas, e comecei a plantar. A plantar especialmente as nossas ervas, as nossas árvores milenares, como presença viva, de uma memória viva, coloquei plaquinhas também, que depois foram roubadas. Além dos nomes populares, ou os nomes científicos, em cada plantinha

4. Caboclo Marcelino é um dos principais símbolos da luta Tupinambá pela terra. É o guerreiro que gritava diante daqueles que tentavam fazer de Olivença a Terra Calada. Todos sabem em Olivença sobre a luta de Marcelino contra a construção da ponte sobre o rio Cururupe. Marcelino não era apenas contra a construção dessa ponte, e sim do que ela representava: esta ponte geraria a consolidação das grandes plantações monocultoras de cacau na região, permitindo a circulação de mercadorias e exportação da produção. Ou seja, a luta desse guerreiro era tanto contra um determinado tipo de progresso, quanto parar o processo de expropriação das terras indígenas, que eram cada vez mais griladas e passadas ao controle dos coronéis, ele era contra o roubo da terra e a consolidação da propriedade privada na região, assim como a tentativa de transformação dos Tupinambá em empregados dos coronéis.

ali tem o nome de um encantado, é Marcelino, é Tupacatari, é Tupacatamaru, é Bartolina Siça Ciça, é Chicão Xucuru, é Marighella, é Lampião, é Maria Bonita, é Juruna, enfim, cada um tem o nome de um encantado. Nada ali está aleatório.

A partir de se botar a mão na terra, de ir plantando com muita dificuldade financeira, no meio de tudo isso acontece a COVID, aí a COVID, aí o projeto de vida vivenciado não no papel, é interrompido. Mas logo quando terminou tudo isso, encaminhada a minha aposentadoria, o primeiro dinheiro que eu ganhei da minha aposentadoria, eu disse, "vou refazer meus banners". Não tinha nem onde guardar, mais uma vez sou acolhida pelo CRAS, mas os banners, como vocês viram, não são pequenos, então, alguns menores coloquei no CRAS, e o CRAS era um espaço muito pequeno, mas mesmo assim me acolheram. Aí me aparece uma outra pessoa, que é o doutor Hermes, que se encantou há pouco tempo, através de sua companheira Giovanna. Foi fundamental pois abriram aqui, em frente a nossa casa, uma casa deles. Durante um ano, ficamos com a chave na mão e foi dentro dessa casa que começamos a construir os banners maiores.

A princípio foi aberto como espaço cultural onde pudemos guardar as nossas coisas, porque os banners ficaram de forma permanente. Mas as outras coisas que a gente coloca em torno, precisava de um lugar para guardar e, então, houve um dia em que os banners foram, pela primeira vez, para o muro da igreja, pintamos, lavamos, etc.

Qual foi a data do início desse projeto em Olivença?

Foi exatamente no dia da puxada do mastro, então em 2024 fez dois anos. Agora em janeiro vai fazer três anos, porque levamos quase dois anos, só para cuidar da limpeza e plantar.

Enfim, diante desse processo todo, sempre convidando absolutamente a todos para participar de um processo, de uma construção coletiva, e poucos chegaram junto a nós.

A casa do doutor Hermes e Giovanna estava em reforma, e eles paralisaram a reforma para nos acolher. Eles não mandaram

a gente sair, mas eu me senti incomodada, e após um ano, falei: "e agora o que a gente vai fazer?"

Daí, abriu-se mais uma outra porta, que é de um grande amigo nosso, o Ivan, uma antiga pousada dele que estava desativada. Eu fui olhar o terreno, um espaço pequeno, não é adequado, mas pelo menos você vai ter um lugar para guardar as suas coisas, pensei. Porque eu conversava muito com ele, falava que eu me sentia incomodada de estar incomodando o doutor Hermes.

E é importante dizer que exatamente os primeiros banners destruídos em Salvador foram os das leis. Aqui em Olivença, esses banners, que eu consegui reconstruir, ficam exatamente no muro da casa do doutor Hermes. Então não posso duvidar da força dos encantados, jamais eu posso duvidar.

Como são feitos a manutenção e os cuidados com o espaço?

Toda a manutenção do lugar é feita por mim e meu companheiro com muita dificuldade de limpeza da rua, os paralelepípedos que não eram nem vistos passaram a ser um lugar que é um convite o tempo inteiro, convite a repensar os nossos espaços de memória, a repensar dentro desses espaços urbanos, pois ali estão as nossas histórias, estão de fato os novos museus.

É dessa forma que a gente cria uma nova linguagem museal, sim, totalmente fora dos padrões da oficialidade. O que eu me pergunto é por que o povo da decolonização não enxerga, não valoriza, não reconhece e não nos apoia?

Então eu sou pioneira de tudo isso, né?

E o resto da história, vocês puderam ver e testemunhar aqui como somos tratados.

Então, eu faço questão também de lembrar que tudo isso é fruto da minha experiência com o Teatro de Rua.

Conte-nos um pouco mais sobre essa sua experiência com o Teatro de Rua e com as artes.

O Espaço Cultural Tupinambá é fruto de um grupo de Teatro de Rua. Eu vejo muita gente falar de técnicas, teatro

do oprimido, falar do teatro brechtiano, vejo muita gente falar de Paulo Freire.

Então junte tudo isso e olhe para o Espaço Cultural Tupinambá, na prática, na sua essência. O incentivo à leitura. Então, existem aqui vários projetos das universidades de incentivo à leitura.

Na hora de pesquisar, eles vêm até a gente, buscam o Espaço Cultural Tupinambá para pesquisar, mas nunca nos acolhem, nunca nos dão a visibilidade.

Mas o mais importante é que ainda temos uma média de uns 500 livros.

Da mesma forma que em Salvador não temos espaço, os livros estão encaixotados, então a gente espera chegar a época de verão para a gente expor.

Como se dá a relação de vocês com as escolas?

Geralmente as escolas vêm, conversam, fazem uma única visita e não voltam mais por conta de todo um conteúdo.

Então, quando eu continuo nessa luta de mostrar a importância de entender o nosso ponto de vista, que somos nós falando de nós mesmos, de um outro lugar, e que precisamos ser ouvidos e escutados, vistos, enxergados, e que existe a forma da gente estar juntos, só precisa que outras pessoas venham nos conhecer, de fato e de direito, que os nossos espaços sejam respeitados e a batalha continua, as perseguições continuam também.

Como é a relação de vocês com as pessoas do entorno?

Aqui em Olivença, já fui chamada e sou chamada de macumbeira de cocar, pela maneira como lido com as ervas, com meus cantos, com as minhas danças, e eu costumo dizer às pessoas com todo o respeito às religiões, eu não estou falando de religião, estou falando de história, e na minha história eu não sou macumbeira. Com todo o respeito às pessoas de matriz do candomblé, com todo o respeito, só que eu não sou macumbeira, eu sou feiticeira, eu sou da terra do feitiço, de Nazaré das Farinhas, eu sou da terra dos pajés, eu sou da terra das bárbaras infiéis, e daí, eu sou feiticeira, sou pajé, sou feiticeira, com todo o respeito às demais. Eu não tenho fé, eu

tenho crença. Enfim, não tem como falar de outra forma do Espaço Cultural Tupinambá, é dessa forma que eles falam e as perseguições continuam.

E a pior violência, isso eu posso afirmar, é a que se faz de forma sutil, é a violência psicológica, que adocece, que quer o tempo inteiro adoecer as nossas mentes. E após fazer tudo isso, entre eu e meu companheiro, que botamos literalmente a mão na massa e só fomos dois botando a mão na massa; só no dia de pintar chamamos o nosso sobrinho, que reuniu algumas pessoas para pintar o muro. A partir daí, foi o único encontro que a gente conseguiu juntar gente; depois disso, nunca mais a gente conseguiu juntar, porque o sistema é bruto, e o sistema não deixa, faz de tudo para afastar as pessoas, só quando é conveniente vem com as pesquisas. Enfim, quando é interessante, inclusive para os próprios parentes, aí se aproximam; quando não é conveniente, eles buscam nos isolar o tempo inteiro, e aí é o que vocês viram, é esse protesto permanente, de mostrar através dos elementos que a gente tem a nossa identidade cultural, começando pelas plantas, ervas, os utensílios; como se deu essa transformação do passado, que hoje estão em várias casas, em vários resorts, como elementos de decoração, exóticos. Enfim, eu vou mostrando: olha, aqui é o passado, o presente é onde vocês querem nos colocar o tempo inteiro.

Resumindo, nesse pequeno espaço, que foi cedido por Ivan, apesar de ser na mesma linha das celas, porque não temos banheiros, não temos água e não temos energia elétrica, há um risco de desabamento no espaço, pelo longo período de desativação do prédio. Mas é o que temos, e encaminhamos à Secretaria de Cultura uma solicitação de apoio de R\$ 10 mil para a proteção dos banners, porque é muito sol, chuva, há uma destruição. Muitos foram destruídos dessa forma, porque a gente tem que reconstruir o tempo inteiro.

E também aqui em Olivença, passei por um surto, né? E esses surtos são provocados por coisas que colocam no meu alimento, colocam na minha água, no meu suco; enfim, entrei em um surto de destruir os painéis. Disse que eu não ia

destruir o Espaço Cultural Tupinambá, porque eles queriam, na verdade, um jogo sujo, dizer que a destruição que aconteceu lá em Salvador, os banners que eles rasgaram, que foi o surto. Tá lá a história, as pessoas estão vivas e são provas de que não fomos nós, que não fomos, tá registrado na Delegacia Civil, na Polícia Federal, na FUNAI, em todos os Ministérios Públicos, em todas as instâncias, tá registrado que não fomos nós; tem nome e endereço dos responsáveis, mas, enfim, após passar o surto, eu recomecei tudo de novo. Fez agora no dia da caminhada, agora no domingo, um ano dessa reconstrução, mais uma vez do Espaço Cultural Tupinambá.

Então, o reconstruir é cotidiano. E aí solicitamos esse apoio para a proteção dos banners. Fiz o orçamento com dois parentes que trabalham, um que trabalha com a Piaçava, o outro com a Carpintaria; o da Piaçava cobrou cinco mil reais, o outro parente carpinteiro que mora na Aldeia Igália cobrou também cinco mil reais para fazer a mão francesa, ou seja, fazia a mão francesa, cobria de Piaçava, pelo menos os banners estavam protegidos um pouco mais do sol e da chuva.

Esse espaço onde a gente guarda o material iríamos transformar em uma loja de ervas, artesanato, e junto com tudo isso a biblioteca, ainda que fosse em um espaço pequeno, já que a gente não consegue também fazer essa grande maloca, que sempre foi meu sonho ter esse espaço em forma de maloca, toda cobertinha de Piaçava. Mas deixo claro, não se trata de um espaço meu ou do meu companheiro particular, é um espaço público para todos, absolutamente todos.

Então, tanto essa loja de artesanato, quanto de ervas, quanto a biblioteca, apresentei vários projetos, várias propostas dessa requalificação das nossas produções, apesar, também, de trabalhar paralelo a isso desconstruindo o imaginário do indigenismo: por sermos originários a gente só pode trabalhar com o artesanato, mas também exercemos outras funções.

Um dos banners está aí e são os mesmos de Salvador, só mudei algumas imagens, algumas fotos. Uma diferença é que todos os nossos banners em Salvador têm o Manto Tupinambá. Não sei se ainda está, porque quando no ano passado eu

estive em Salvador, eles tinham tirado as grades das celas e simplesmente botaram concreto na porta e nas duas janelas do nosso Espaço Cultural Tupinambá, que eram as duas celas.

Lembrando que o nome da nossa biblioteca é Biblioteca Galdino.

Então, esse é o resumo básico, lembrando que tudo isso sempre foi mantido pelo que nos restou, já que eu não posso mais exercer a minha profissão, os meus conhecimentos. Foi através do artesanato, tanto em Salvador, quanto aqui em Olivença. Meu companheiro trabalha de sol à chuva nessas praias, vendendo nossos artesanatos para que a gente possa manter o Espaço Cultural Tupinambá. E, também, tudo isso aconteceu graças a minha aposentadoria, porque a minha casa, como vocês viram, ainda está em processo de construção. Durante muito tempo chovia mais dentro do que fora, mas priorizamos, e sempre vamos priorizar, o Espaço Cultural Tupinambá, porque para mim é vital.

Como vocês zelam por este espaço que acontece ao ar livre?

É importante que saibam que para eu estar viva, esse espaço tem que estar vivo, sem contar também nos enfrentamentos que a gente tem que fazer no cotidiano.

Quando acontecem os eventos, onde o espaço não é protegido, é protegido com nossos corpos. As pessoas mijam, usam coisas indevidas, aí a gente está ali exposto, eu e meu companheiro expostos a enfrentar. Porque quando acontece a puxada do mastro, logo em seguida vem o quê? O carnaval. Então você imagina os enfrentamentos que a gente tem que fazer. Ao invés de ter proteção a gente tem repressão. A polícia, que para cumprir seu papel é proteger, chega até a gente, especialmente até a mim, de uma forma repressiva. Como aconteceu em Salvador, aconteceu aqui o ano passado. Eu estar reivindicando meus direitos, cobrando, lembrando que eu falei dos 10 mil do banners, mais 20 mil para a história da biblioteca, da loja, ou seja, ao todo seriam 30 mil reais para

uma Secretaria de Cultura que me respondeu como se eu estivesse pedindo uma verba para um espaço particular, porque a Secretaria já ajuda a coletividade. Aí eu perguntei: como assim particular? Está na rua, é um espaço público, para quem quer e para quem não quiser ver, está ali, é público. Então o Ministério Público Federal disse que eu tinha direito à resposta escrita e só podia responder de maneira formal. Eu digo: "não, muito obrigado, não vou responder por escrito não. Quando eu pegar o secretário aqui no meio da rua, aqui em Olivença, eu darei a resposta a ele"; e assim o fiz.

Fui lá em frente à Secretaria de Cultura, denunciei, esculhambei, gritei, xinguei e disse, eu vou lhe pegar lá em Olivença. E quando o vi aqui em Olivença o ano passado, fiz a mesma coisa. Fomos acolhidos pelos parentes? Não. O que é que eu tive em seguida? Foi a polícia aqui ao lado da minha porta, com metralhadora, como eu estava no único lugar em que não uso cocar, dentro da minha casa, mas se eu botar a cara ali na rua, na esquina, eu boto meu cocar na cabeça, cotidianamente, eu e meu companheiro.

Eu disse: "ah, vocês estão me procurando? Espera aí, entrei, peguei meu cocar botei na cabeça, botei minhas mãozinhas no muro e digo, olha eu aqui, estou aqui, já estou acostumada com isso, lá no passeio público era o quartel, aqui vocês vêm com a viatura? Pode vir".

Então, é esse nosso cotidiano, lembrando que no meio de tudo isso, não sei se vocês viram, eu mandei algumas fotos pra vocês, eu exponho sempre, especialmente no domingo. Eu fiz a exposição de uma indumentária, eu criei, sou a criadora dessa indumentária étnica de fortalecimento da nossa identidade através de camisetas, de vestidos, de sandálias, de bolsas, brincos, colares, que qualquer um pode usar no dia a dia. Só que virou um projeto nacional, já está na indústria e até hoje eu não consegui transmitir esse conhecimento para os parentes, e olha que eu recorri a todas as aldeias, a todos os caciques, mostrando a importância de fortalecimento através desses conhecimentos, e somos ignorados.

Então, vocês que estiveram aqui, vocês são testemunhas de tudo isso que eu fiz, e faço a pergunta: O que justifica o afastamento? Como é que se faz um evento desse (refere-se à Caminhada que acontece próximo ao Espaço Cultural) e o Espaço Cultural Tupinambá fica de fora? Isso é um retrato de como somos tratados no dia a dia pelo nosso posicionamento. E vai ser desse lugar que eu vou estar e vou falar sempre.

Tenho plena consciência de que eu estou em uma guerra, afinal, eu estou aqui como refugiada. O Espaço Cultural Tupinambá é a Faixa de Gaza e eu sou terrorista. Simples assim.

Estava aqui pensando que apesar de todas as dores que vocês narram, é inspirador ouvir e saber sobre trajetórias de pessoas que dedicam suas vidas aos enfrentamentos cotidianos e muito trabalho árduo para recontar a história de tantas gentes que a dita história oficial tratou de manter num constante processo de silenciamento e invisibilidade.

Pois é, essa é a minha realidade e é desse lugar que eu vou estar travando todos os dias e cotidianamente a nossa luta por respeito às nossas memórias ancestrais; por respeito a esses espaços ditos praças, parques, jardins, cidades, e lembrar que em cada centímetro desse território tem as nossas memórias vivas e que precisam ser respeitadas.

Aqui é o lugar de uma mulher ou um homem, qualquer um de nós originário, é o lugar onde nós queremos estar e não onde a politicagem de governo queira nos dizer onde devemos estar.

E parem com o discurso de democracia, respondam primeiro: "democracia pra quem?", pra nós nunca chegou, parem com o discurso de igualdade. Pra nós nunca chegou. É desse lugar que eu sempre vou estar.

Resumindo. Eis aqui o Espaço Cultural Tupinambá.

Taynã termina cantando para nós:

*Nos antigo
Quando a mata virgem
Tem o semi plantado com meu nome
Que a raiz de tão dura ninguém come
Porque nela está a minha origem.*

Submetido em: 27/02/2025

Aceito em: 01/12/2025